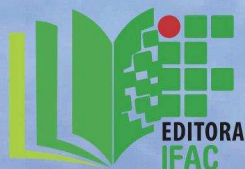


The background of the book cover features a silhouette of a tree on the left side, set against a warm, orange and yellow sky. Below the tree is a dark silhouette of grass. The lower half of the cover is a blue sky with a faint, upside-down silhouette of a person performing a handstand. At the bottom center, there is a logo for Editora IFAC, which consists of a green book icon and a grid of green squares with a red dot.

Rosana Cavalcante dos Santos
Amauri Siviero
Organizadores

AGROECOLOGIA NO ACRE



Rosana Cavalcante dos Santos
Amauri Siviero
Organizadores

AGROECOLOGIA NO ACRE

1ª edição

Rio Branco
IFAC
2015

3

Aspectos sociais e econômicos dos agricultores orgânicos do Baixo Acre

AMAURI SIVIERO e ROBERVAL MENDES

1 Introdução

A agroecologia consiste num conjunto de princípios e práticas de base ecológicas concebidas num modelo de relação homem-ambiente, em que há respeito pelas dimensões ecológicas, sociais e culturais, bem como econômicas e políticas de cada local.

As práticas de base ecológica, associadas ao conhecimento do homem amazônico com sua cultura milenar herdada de povos tradicionais e indígenas da Amazônia, são aprendizados preciosos na adoção de sistemas mais sustentáveis de produção de alimentos, fibras e energia.

Nesse sentido, a compreensão dos aspectos sociais, econômicos, culturais de uma comunidade é essencial para o sucesso do processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia ou produção orgânica de alimentos. O sistema orgânico de produção de alimentos incorpora parâmetros ambientais, culturais e socioculturais e não somente a substituição de insumos, como pensam, equivocadamente, técnicos, agricultores e consumidores.

Assim, a agricultura orgânica, no Acre, surgiu mediante a iniciativa de um grupo de agricultores familiares que cultivam hortaliças na periferia de Rio Branco, desde

a década de 90. A partir dessa época, outros grupos iniciaram a transição do modelo de agricultura convencional para orgânica no Acre (SIVIERO et al., 2007). Sobre essa perspectiva, este capítulo tem como objetivo analisar os aspectos sociais, econômicos e de gestão de agricultores orgânicos do Acre

2 Metodologia do estudo

Os agricultores orgânicos analisados nesta pesquisa estão situados em quatro projetos de assentamento localizados na periferia de Rio Branco: Polo Agroflorestal Benfica (PA Benfica); Grupo de Agricultores Ecológicos do Humaitá (GAEH) pertencentes ao Projeto de Assentamento Dirigido Humaitá (PAD Humaitá); Projeto de Assentamento General Moreno Maia (PA Moreno Maia) e agricultores do Projeto de Assentamento Wilson Pinheiro (PA Wilson Pinheiro) (Figura 1).

Todos esses colonos são cadastrados como agricultores orgânicos junto à Superintendência Federal, no Acre, do Ministério da Agricultura (SFA/MAPA), que tem a função de certificar e fiscalizar, no campo e durante a comercialização, os produtos e insumos agropecuários.

A SFA/MAPA autoriza o uso o selo oficial como produto orgânico na identificação dos produtos agropecuários, em atendimento aos requisitos da lei de Controle Social, segundo a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07, a Organização de Controle Social é definida como:

Grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade. (BRASIL, 2007).

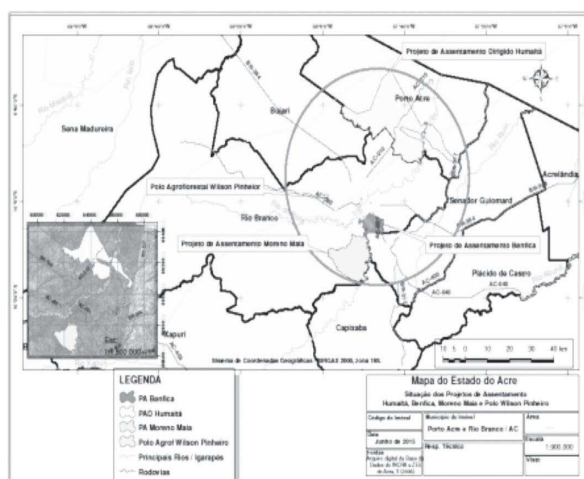
O PA Benfica apresenta área de 154 ha e conta com 43 famílias. A área média de cada propriedade não ultrapassa 5,0 ha, sua principal característica é o cultivo de espécies hortaliças, ornamentais, medicinais, frutas e alimentos processados. A proximidade a Rio Branco facilita o processo de comercialização da produção (BRASIL, 1999).

O PAD Humaitá foi implantado em uma área de 63.861 ha, localizado a 20 km de Rio Branco e apresenta 820 famílias: posseiros, extrativistas, agricultores locais e migrantes do Centro-Sul (NARAHARA, 2007). O PA Wilson Pinheiro fica localizado em Rio Branco, na Rodovia AC-90, Km 18, Ramal do Polo e atualmente habitam 55 famílias, ocupando uma área de 386,12 ha.

O Projeto de Assentamento General Moreno Maia (PA Moreno Maia) foi criado em 1997 e tem capacidade para assentamento de 500 famílias, em área de 20.828 hectares. Essa região foi desapropriada pelo Governo Federal e ocupada por

agricultores familiares, extrativistas do antigo Seringal Paraíso, moradores de bairros periféricos de Rio Branco e de outros municípios do Estado. (Figura 1).

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS DO ACRE.



FONTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ACRE.

Os agricultores orgânicos pesquisados são especializados no cultivo de espécies vegetais anuais e perenes, criação de grandes e pequenos animais, distribuídos em diversos agroambientes que dão suporte às atividades agrícolas, extrativista e de pecuária. Uma parte da trajetória de transição para a agricultura orgânica desses quatro grupos de agricultores analisados é tratada detalhadamente no primeiro capítulo deste livro.

O trabalho de campo foi desenvolvido junto aos quatro grupos de agricultores orgânicos situados na regional Baixo Acre entre 2008 e 2013. Ao todo foram 45 entrevistados agricultores orgânicos pertencentes ao PA Benfica, PAD Humaitá, PA Wilson Pinheiro e PA Moreno Maia.

A abordagem geral desta pesquisa incluiu aspectos econômicos, sociais e de gestão da propriedade e do fluxograma da produção orgânica no Acre, sendo investigados os principais elos da pequena cadeia de produtos orgânicos do Acre. Os dados detalhados de características tipológicas, descrição sistema de produção orgânico, uso da terra, agrobiodiversidade manejada e práticas orgânicas adotadas pelos agricultores, aqui analisados, encontram-se no capítulo 14 desta obra.

Os indicadores econômicos como rentabilidade das atividades agropecuárias, acesso ao crédito e grau de endividamento dos agricultores foram avaliados analisando-se aspectos como: faturamento do setor, renda familiar, acesso ao crédito agrícola, endividamento e inadimplência. A renda externa foi categorizada em salários de aposentadoria, estatais e participantes de programas de transferência de renda do governo federal (bolsa família, bolsa escola).

Foram também quantificados por meio de entrevistas presenciais: as formas de comercialização da produção orgânica, estudo do fluxo da produção, aspectos da relação agricultor-consumidor, prática do escambo, consumo interno e aspectos de tempo de permanência na área.

Outros dados sociais analisados foram: composição familiar, condições de habitação, capacitação, associativismo e organização, gênero, atendimento à educação básica e fundamental, saúde e empregabilidade.

A infraestrutura e serviços, oferecidos nas áreas como: transporte da produção agropecuária, acesso a energia elétrica, água tratada, coleta e destino adequado de resíduos sólidos, armazenamento da produção, condições dos equipamentos terrestres e fluviais, incentivos públicos, benfeitorias de armazenamento, nas quatro comunidades, foram estudados.

No caso da gestão das propriedades, foram levantados dados como: capacitação dos agricultores, empregabilidade, sustentabilidade temporal e noções de administração rural, grau de associativismo, rastreabilidade da produção e adoção de tecnologia, escrituração rural/cadernetas de campo, mão de obra empregada, gênero, divisão do trabalho, associativismo, capacitação técnica, acesso à assistência técnica.

3 Aspectos econômicos da produção orgânica de alimentos no Baixo Acre

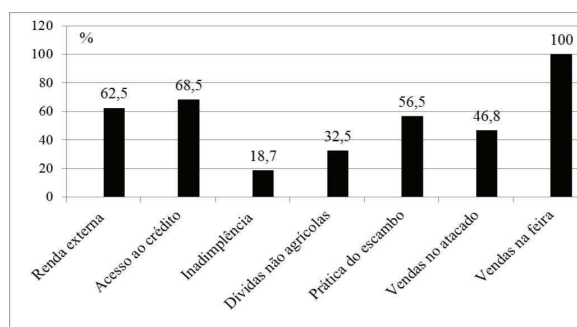
Na Figura 2 estão demonstrados alguns indicadores econômicos das famílias dos agricultores orgânicos. Os dados estão apresentados em percentagem das famílias entrevistadas em relação aos atributos questionados em entrevista presencial no campo e no local de comercialização junto à feira de produtos orgânicos em Rio Branco.

Nota-se que a percentagem média de famílias de agricultores, que possuem a renda externa à propriedade, foi de 62,5%, ou seja, mais da metade das famílias entrevistadas não dependem, economicamente, somente da renda da comercialização de produtos orgânicos. Este resultado revela, também, que 38,5% se mantêm apenas com os rendimentos obtidos da venda de produtos orgânicos.

As fontes de renda externa dos agricultores orgânicos do Acre foram: a) rendimentos provindos de programas de transferência de renda (58%); b) rendimentos de salários

recebidos do governo estadual e municipal, como professor ou agente de saúde (26%); c) rendimentos de pensões e aposentadorias pagas a algum membro da família, ajudando na composição final da renda (14%). (Figura 2).

FIGURA 2 – PERCENTAGEM DE FAMÍLIAS COM RENDA EXTERNA, ACESSO AO CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA COM O CRÉDITO AGRÍCOLA, DÍVIDAS NÃO AGRÍCOLAS, PRÁTICA DO ESCAMBO E DE AGRICULTORES QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS ORGÂNICOS PARA INTERMEDIÁRIOS E VAREJO.



ONTE: COMPILADO PELOS AUTORES.

Os agentes financeiros têm disponibilizado recursos para financiamento da agroecologia e da produção orgânica. A porcentagem de acesso às linhas de crédito, entre os agricultores entrevistados, foi calculada em 68,5%, o que representa a média de tomadores de empréstimos da agricultura convencional.

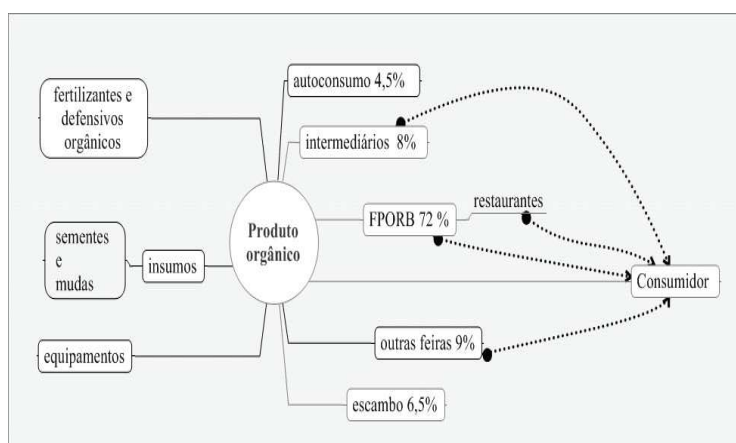
Os agricultores recebem recursos financeiros externos, os agricultores tendem a diminuir sua diversidade produtiva e a dedicar-se mais ao produto financiado e com maior liquidez. Em longo prazo, o processo pode tornar os agricultores cada vez mais dependentes do mercado. Por tudo isso, um repensar na política de crédito rural necessita ser implantada. O agente financeiro, agricultor e a assistência técnica têm de construir uma nova base de negociação, considerando a realidade vivida pelos agricultores regionais.

A inadimplência, entre os agricultores orgânicos, é de apenas 18,5%. Considera-se um valor baixo, em relação ao mesmo índice, entre agricultores convencionais do Acre, em que cerca de 60% encontram-se endividados com o sistema financeiro, perante dívidas agrícolas. A porcentagem dos agricultores inadimplentes, com financiamentos não rurais, foi 32,5 %. O valor é considerado baixo também, demonstrando que os agricultores orgânicos têm renda e conseguem saldar as dívidas.

O fluxograma da produção orgânica de Rio Branco mostra o caminho do produto

orgânico em Rio Branco, desde a produção ao consumidor com as percentagens correspondentes das vendas, troca e autoconsumo.

FIGURA 3 – FLUXOGRAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA EM RIO BRANCO.



FONTE: COMPILADO PELOS AUTORES.

Analisando, conjuntamente, os dados econômicos e os atores, pode-se visualizar no fluxograma acima: a) a percentagem da produção orgânica destinada ao autoconsumo da família encontrada foi de 4,5%; b) o escambo é praticado por 56% das famílias entrevistadas e a percentagem média da quantidade de produtos trocados encontrada foi de 6,5%; c) todos os agricultores entrevistados comercializam os produtos na feira, sendo que 47% deles comercializam seus produtos para intermediários e outras feiras convencionais de Rio Branco.

A percentagem média da quantidade de produtos destinada para venda em outras feiras, em Rio Branco, e para intermediários foi de 8,0% e 9,0%, respectivamente. Por diferença de cálculo, tem-se que 72% dos alimentos orgânicos colhidos são comercializados na Feira de Produtos Orgânicos de Rio Branco (FPORB). Assim a maior parte dos produtos orgânicos colhidos são comercializados na FPORB. A feira foi inaugurada em dezembro de 1998, mediante um acordo entre agricultores e instituições que promoviam a agroecologia na época.

A FPORB acontece às sextas-feiras e aos sábados pela manhã, localizada próximo ao Mercado Central Elias Mansour e ao Terminal Urbano de Passageiros de Rio Branco. A Prefeitura Municipal de Rio Branco ainda não oficializou a permissão de funcionamento, alocação de espaço físico específico, bem como a normalização do funcionamento da Feira de Produtos Orgânicos de Rio Branco.

Os dados da pesquisa e os depoimentos dos agricultores comprovaram que há uma demanda reprimida para o consumo de produtos orgânicos em Rio Branco. Este fato obriga parte dos agricultores a comercializarem seus produtos em pontos alternativos, como outras feiras livres convencionais, ou repassar os produtos para intermediários.

Nesta passagem, os produtos orgânicos perdem ainda mais a agregação diferencial intrínseca que merecia, pois, embora orgânicos, são comercializados como convencionais, revelando uma completa descaracterização da proposta inicial.

A FPORB é o mais importante ponto de comercialização dos produtos orgânicos do Acre. A venda direta dos produtos ao consumidor aproxima o agricultor dos consumidores, estabelecendo um estreitamento de relação e criando vínculos de confiança, uma das premissas básicas da agroecologia e da produção orgânica.

A falta de mercado consumidor com demanda constante ajuda a desvalorização do produto. A sociedade, em geral, inconscientemente ganha, pois consome um produto de melhor qualidade sem pagar mais pelo benefício da oferta de um alimento de melhor qualidade. Assim o alimento orgânico em Rio Branco torna-se também mais acessível às classes mais pobres que passam a consumir alimentos mais saudáveis.

Em pesquisa de campo informal, junto aos agricultores que são também feirantes, não se observou diferenças entre os preços dos produtos convencionais e dos orgânicos comercializados no Mercado Municipal, não ocorrendo novamente a agregação de valor tão almejada que estimularia a produção e oferta de alimentos mais seguros.

A comercialização dos produtos agropecuários certificados ou não é um fator decisivo no sucesso das propriedades que adotam este modelo de agricultura. Uma grande dificuldade começa na compreensão do funcionamento dos mercados, que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira, novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo que, geralmente, os agricultores não dominam por completo.

Os agricultores orgânicos do Acre ouvidos na pesquisa parecem exigir uma posição a respeito da aprovação de uma Lei Municipal que institua, oficialmente, a Feira de Produtos Agroecológicos de Rio Branco (FPARB) e discipline o seu funcionamento, com dias e datas estabelecidas, em comum acordo com os agricultores.

A falta de oficialização deste espaço tem reduzido as oportunidades de captação de financiamentos para melhorias nas condições de produção, transporte e comercialização da produção orgânica de Rio Branco.

Outra reivindicação dos agricultores, junto ao poder público, é a expansão e melhorias do espaço físico atual onde funciona a Feira de Produtos Orgânicos de Rio Branco. O espaço que foi conquistado desde 1998, pelo conjunto dos agricultores agroecológicos do Acre, deve ser reconhecido como local permanente de venda e exposição de produtos agroecológicos nesse estado.

4 Aspectos sociais dos agricultores orgânicos do Baixo Acre

Em média, 2,5% de pessoas, por família entrevistada, tem acesso à educação. Estes estão matriculados regularmente em escolas rurais ou urbanas, situadas no Município de Rio Branco e Porto Acre. Cerca de 85% dos entrevistados responderam que possuem o acesso à educação. Quando perguntados sobre a qualidade do ensino, os agricultores revelaram que há a irregularidade de funcionamento das escolas, fato que compromete a assiduidade dos alunos, reduzindo a qualidade do ensino e aumentando a evasão escolar. As más condições de conservação das escolas e a falta de apoio ao transporte de alunos e de professores foram os principais motivos alegados. A distância média percorrida, entre a propriedade e a escola, encontrada para todas as comunidades, foi de 6,5 km.

Os moradores do PA Benfica e do PA Wilson Pinheiro apresentam situação especial, pois possuem linhas urbanas regulares de transporte coletivo, possibilitando, assim, o acesso dos moradores à escola. Nas demais localidades, o deslocamento das pessoas, até a escola, é realizado a pé (45%), bicicleta, barco e caminhão. No caso específico dos PAs Moreno Maia e Humaitá, mesmo que de forma precária e irregular, o poder público municipal vem oferecendo meio de transporte coletivo nas estradas vicinais. No entanto, há problemas de falta de trafegabilidade em determinadas épocas do ano.

Quando perguntados sobre o grau de escolaridade oferecido na comunidade, apenas 37% dos entrevistados declararam que possuem acesso às escolas de segundo grau. Os demais 63% afirmaram que a rede pública oferece apenas o ensino fundamental e de forma precária.

Muitas das escolas estão, paulatinamente, desaparecendo pela falta de demanda e de infraestrutura adequada, conforme as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em todo o PA Moreno Maia encontram-se instaladas 10 escolas, que atendem alunos do ensino fundamental, médio e supletivo. No entanto, uma parte delas encontram-se fechadas, por falta de alunos, professores e infraestrutura adequada.

O índice de analfabetismo da população PA Moreno Maia está concentrado, notadamente, nas pessoas com a faixa etária acima de 40 anos (90%). A falta de aulas regulares, a baixa qualidade do ensino e as deficiências na manutenção da infraestrutura dos prédios gera a evasão dos alunos, que são matriculados nas escolas de Rio Branco ou vilas próximas que oferecem todas as séries subsequentes.

Nos PAs Humaitá e Moreno existem postos de saúde que atendem casos de baixa

complexidade. São abertos somente em dias que recebem a equipe médica ou em campanhas de vacinação em massa. A rigor, não se observa segurança nas respostas das famílias quanto ao atendimento de saúde na comunidade em relação aos postos médicos instalados. Apenas cerca de 10% dos agricultores acessam os serviços dos postos de saúde locais. Os outros 90% afirmam não acreditar na qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelos postos instalados nos assentamentos.

Mesmo quando a complexidade é baixa, os agricultores preferem se deslocar até o Município de Rio Branco, onde o atendimento é de melhor qualidade. No caso do PA Benfica e PA Wilson Pinheiro todos os moradores recebem atendimento em Rio Branco, devido à proximidade e à facilidade de locomoção.

Os principais problemas de saúde apresentados pelos agricultores foram gripe, febre (infecções) e verminoses. Metade dos entrevistados respondeu que não tem acesso à saúde. Todos os agricultores do PA Moreno Maia responderam que a comunidade não é servida com atendimento de saúde regular. Na época de falta de trafegabilidade da estrada que liga os moradores do PA Moreno Maia a Rio Branco, aqueles que necessitarem de atendimento de urgência médica, conseguem chegar, ao mínimo, em quatro horas de barco. Os atendimentos de qualquer complexidade são realizados em Rio Branco. O PA Humaitá recebe atendimento de saúde na própria comunidade, em postos de saúde pública instalados na vila do INCRA e do “V” e em Rio Branco durante o ano todo.

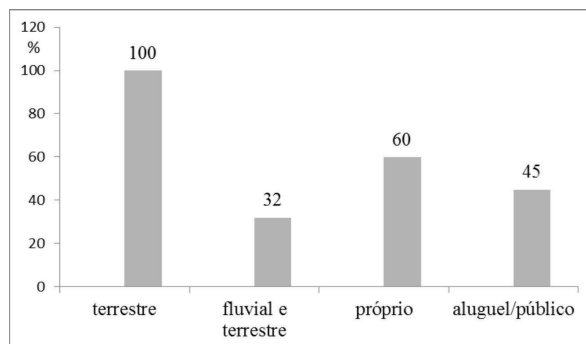
5 Aspectos de infraestrutura, serviços e gestão da propriedade na agricultura de agroecologia do Acre

5.1 Transporte

A produção orgânica de Rio Branco é transportada via terrestre ou fluvial para Rio Branco desde as primeiras horas das sextas-feiras e aos sábados pela manhã toda semana. A colheita e embalagem dos produtos no campo acontecem a partir da quinta-feira. Algumas espécies de folhosas de alta perecibilidade são colhidas na madrugada de sexta-feira, poucas horas antes da comercialização, evitando a perda de água.

Nota-se na Figura 4 que apenas uma parte dos agricultores utilizam o rio como meio de transporte de produtos da agricultura de agroecologia. Os agricultores do PA Benfica e do PA Wilson Pinheiro são os mais privilegiados no quesito transporte, pois são servidos de estrada vicinal asfaltada.

FIGURA 4 – PERCENTAGEM DO TIPO DE USO E AUTONOMIA EM TRANSPORTE ENTRE OS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ACRE.



FONTE: COMPILADO PELOS AUTORES.

Os agricultores vêm recebendo auxílio público da Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária do Acre e da Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta (SAFRA) de Rio Branco, em operações de transporte e preparo de áreas para o plantio, embora nem todos os agricultores sejam atendidos.

A maioria dos agricultores do PA Moreno Maia são os mais distantes do ponto de venda (52 km) e usa, sistematicamente, o Rio Acre como meio de transporte para escoamento da produção e da família, devido à falta de trafegabilidade das estradas vicinais, nas épocas chuvosas do ano. Na época seca, de maio a setembro na região, os agricultores usam, também, estradas vicinais, quando estas oferecem trafegabilidade e quando há apoio público na concessão de veículo para transporte da produção.

Os agricultores do PA Humaitá, localizados em média a 35 km de Rio Branco, embora possam fazer uso do Rio Acre para escoar a produção, preferem usar a via terrestre. Os agricultores se beneficiam do incentivo do governo municipal, na concessão de um veículo que auxilia no transporte da produção do ramal diretamente para o Mercado Público, localizado no centro de Rio Branco. O transporte da produção e o deslocamento da família de metade dos agricultores dependem de apoio público ou de aluguel de veículos de terceiros para escoamento da produção.

Os agricultores do PA Moreno Maia utilizam, notadamente, barcos como meio de transporte, explicando os 40% de transporte fluvial que é realizado quando as estradas ficam intratáveis. A região do PA Benfica e do PA Wilson Pinheiro são bem servidas de equipamentos de transporte pela proximidade do Município de Rio Branco, além do maior acesso ao transporte coletivo.

No caso específico do PA Humaitá, cerca de 75% dos agricultores não dispõem de meios de transporte, gerando dependência de vizinhos, veículos de terceiros ou do governo. Este fato os obriga a usar transporte individual e coletivo particular, fato que onera mais ainda o custo de produção e de vida.

Este transporte é realizado por ônibus, micro-ônibus, camionetas ou mesmo táxi, que não são apropriados para cargas da produção agropecuária. Muitos produtos, nesta operação, sofrem desidratação e danos mecânicos que acarretam redução de vida de bancada na feira, perda de qualidade e redução do preço de venda.

Os principais problemas causados pelas precárias condições dos equipamentos de transporte, rodoviário e fluvial são: falta de manutenção de estradas rurais e ausência de equipamentos nos portos do Rio Acre, essenciais ao embarque e desembarque de pessoas e produtos. A falta de trafegabilidade das estradas, durante os meses chuvosos do ano gera dificuldades no deslocamento dos agricultores e escoamento de produtos.

5.2 Serviços de energia, água e manejo dos resíduos na produção orgânica do Acre

Apenas o PA Moreno Maia não é servido de equipamentos de iluminação pública. Neste local, cerca de 82% das propriedades não são servidas com rede de energia elétrica. Todos os demais agricultores do PA Benfica, PA Wilson Pinheiro e PA Humaitá possuem fornecimento de energia elétrica pública, que permite a chegada de energia em 100% das propriedades e prédios públicos locais.

O fornecimento ininterrupto de energia elétrica possibilita iluminação de benfeitorias, armazenamento de alimentos, lazer e higiene; melhorando as condições de vida da família e aumentando a produtividade agrícola. Na produção agrícola, a energia elétrica é importante recurso nas atividades de irrigação, operação de motores para unidades agroindustriais, secagem de produtos e outros usos.

Apenas 40% dos agricultores responderam que não possuem água encanada na propriedade, ou seja, a pessoa obtém água de vertentes, poços e não utiliza tubos apropriados para canalização até os lavatórios, chuveiros, reservatórios residenciais, instalações agroindustriais e açudes. Apenas 15% dos agricultores não fazem tratamento da água que consomem. Os demais (85%) usam cloro ou sulfato de cloro em poços e vertentes, obtidos, gratuitamente, em visitas de agentes de saúde na comunidade.

O fornecimento de água da rede pública ainda está longe de ser reivindicado pelos moradores, haja vista as longas distâncias entre as propriedades e a rede de fornecimento de água de Rio Branco.

Quando perguntados sobre a coleta dos resíduos sólidos da residência e demais benfeitorias da sede, cerca de 95% dos agricultores afirmaram realizar coletas constantes. As áreas de estudo não são atendidas pelo serviço público de coleta comunitária de resíduos sólidos como determina a lei.

Quanto ao destino do lixo coletado, 65% responderam que queimam ou “enterram” todos os resíduos sólidos em valas, que permanecem abertas até o preenchimento completo, para posterior cobertura com terra. Os demais agricultores, 35%, mantêm os resíduos separados em grandes categorias como vidro + plástico e papel + madeira, em determinados locais da propriedade, estando aptos a serem coletados quando os volumes gerados sejam suficientes para a remoção pela prefeitura ou venda.

Nenhuma comunidade tem serviço coletivo de coleta de esgoto. Cerca de 73% dos agricultores possuem fossa séptica na propriedade. A distância média observada entre a fossa e a fonte de água da propriedade foi de 80,5 metros. Apenas 37% dos agricultores entrevistados afirmaram não possuir fossa séptica na propriedade, dando outro destino ao esgoto. Foi detectado que 44% dos agricultores não têm esgoto encanado na propriedade.

A água suja e os resíduos de esgoto, provenientes da lavagem de utensílios domésticos e de banheiros residenciais, e demais benfeitorias, são lançados ao ar livre e infiltrados no solo ou carreados para pequenos cursos de água, sem usar tubulação específica de rede esgoto.

Poucas são as propriedades visitadas onde os resíduos sólidos e líquidos possuem um tratamento e destino adequado. O fato mais grave é quando há poucos equipamentos, informação e serviços públicos operantes nestes setores funcionando, adequadamente, o que serve de desestímulo, também, para a comunidade.

5.3 A administração rural e o associativismo entre os agricultores orgânicos do estado do Acre

Os principais problemas de gestão da propriedade detectados foram: deficiências no planejamento da propriedade, administração rural e na escrituração agrícola. Cerca de 60% dos entrevistados não têm sistema de anotação de custos e receitas organizadas em papel ou microcomputador. Apenas 50% dos entrevistados possuem controle do valor de venda da produção comercializada semanalmente na feira.

Os produtos, ao deixarem a propriedade, não sofrem nenhum tipo de identificação de origem, impedindo a rastreabilidade física do produto agroecológico. A identificação do dono do produto acontece pelo reconhecimento das embalagens individuais, não adequadas, usadas no momento do transporte.

Não há sistema de marcação das embalagens para transporte identificando lotes distintos do produto e o proprietário da carga. A marcação das datas de fabricação e validade dos produtos beneficiados é precária e sem padronização.

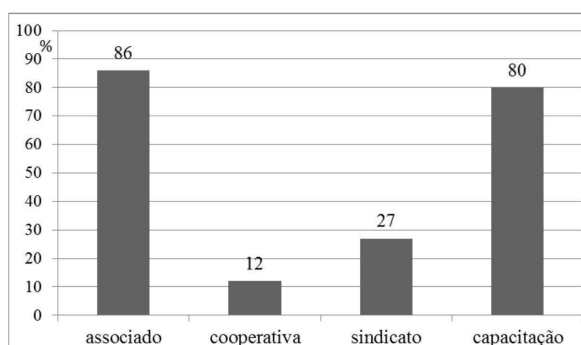
Quando perguntados se recebem, periodicamente, a visita de técnicos e extensionistas, na propriedade, metade dos agricultores responderam negativamente. Outros 50% afirmaram receber a visita de técnicos. Destes apenas 44% dos agricultores entrevistados colocam em prática as instruções técnicas sugeridas e repassadas pelo extensionista.

Cerca de 95% dos agricultores entrevistados têm consciência da existência de datas específicas de reuniões do grupo, ou seja, sabem que há um calendário de reuniões. Muitos lamentam que o excesso de reuniões e compromissos coletivos concorrem, em tempo, com a realização de atividades agrícolas. Boa parte dos agricultores revela não poder participar de todas por motivos diversos, no entanto, reconhece à necessidade de participar.

Na Figura 5 estão demonstradas as percentagens dos agricultores orgânicos do Acre, vinculados à associação, cooperativa, sindicato e daqueles que receberam capacitação nos últimos três anos.

Nota-se que a percentagem de agricultores vinculados à associação é bem maior em relação aos vinculados às cooperativas e sindicalizados. A necessidade da implantação de uma cooperativa é relativa, considerando o tipo de arranjo produtivo local agroecológico, em que impera a venda direta na comercialização dos produtos. A vinculação entre pessoas via associação de agricultores tem sido o instrumento mais usado na organização dos agricultores orgânicos do Acre.

FIGURA 5 - PERCENTAGEM DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DO ACRE VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA, SINDICATO E OS QUE RECEBERAM CAPACITAÇÃO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.



FONTE: COMPILADO PELOS AUTORES.

No caso específico do PA Moreno Maia os agricultores agroecológicos estão organizados junto à Associação Nossa Senhora de Fátima. No caso do PA Humaitá,

os agricultores agroecológicos estão ligados ao Grupo de Agricultores Ecológicos do Humaitá (GAEH), que foi constituído em 2002. A maioria dos integrantes do GAEH é residente na estrada vicinal da linha 10 do PA Humaitá.

Quanto ao atributo capacitação dos agricultores, como instrumento de melhoria da gestão, observou-se que 80% deles receberam treinamentos nos últimos três anos, nas áreas de agricultura orgânica, agroindústria, associativismo e combate ao fogo. O grau de associativismo e articulação política dos agricultores pode ser considerado elevado.

Os agricultores orgânicos estabeleceram, entre si, laços de cooperação, amparados em sentimentos de identidade. No entanto, nem sempre se correlaciona com a representatividade das lideranças locais e com a solução real dos problemas econômicos, ambientais, sociais e políticos locais.

Diversos aspectos econômicos podem ser levantados como indicativos de uma relação favorável para os agricultores familiares, em seu envolvimento com a agricultura de agroecologia. Devido ao fato de ser um sistema de produção intensivo, no uso de mão de obra, a produção orgânica tem grande economicidade, em pequenas unidades de produção características da agricultura familiar.

A produção orgânica exige um nível de controle das atividades agrícolas, que resulta na elevação das exigências e requerendo um padrão gerencial e de qualidade maior quando comparado às unidades de produção familiares convencionais.

6 Considerações finais

Atualmente, milhares de agricultores familiares, no Acre, praticam agricultura orgânica e agroecológica e estão em plena atividade. Todos esses são pequenos agricultores familiares, situados em projetos de assentamento localizados próximos à cidade de Rio Branco, com grande capital agroecológico vindo da floresta e adquirido ao longo de décadas. No entanto, apenas um pequeno grupo de cerca de 100 agricultores estão certificados oficialmente como orgânicos no Acre.

O processo de transição desses agricultores para o sistema de produção orgânico está em processo bastante avançado. A produção orgânica atende o mercado local, sendo restritiva para mercados externos o que exigiria uma certificação de terceira parte particular.

A atividade da produção orgânica é rentável, mesmo com custo de produção mais elevado. As diversas facilidades no processo de comercialização, como a venda direta e o ponto de venda privilegiado, explicam o retorno financeiro positivo da atividade, apresentando a baixa inadimplência e o aumento no faturamento na taxa de 20% ao ano.

Observou-se processos associados à renda como: escambo, extrativismo não madeireiro, consumo interno, programas de transferência de renda, ocorrência de assalariados estatais e aposentados e, finalmente, a renda advinda da venda de excedentes da produção agropecuária e florestal.

A detecção da renda real de uma propriedade agrícola familiar, na Amazônia, não é uma tarefa fácil. Pela diversidade de atividades exercidas, obrigatoriamente, pelas famílias, principalmente pela dificuldade de produzir, transportar e viver em determinadas localidades mais distantes, dentro da floresta.

A análise do sucesso financeiro dos agricultores com a venda dos produtos orgânicos, detectada nesta pesquisa, permitiu consolidação da produção orgânica no Acre, embora ainda com muito potencial para crescer.

A estrutura da comercialização direta de produtos oriundos da agricultura de agroecologia junto à feira livre determina o sucesso do empreendimento, garantindo melhor preço de venda, evita intermediários, gera certa rastreabilidade de produtos, aproxima agricultor-consumidor, contribuindo para o estabelecimento de relações de confiança recíproca. A conquista de novos pontos de venda, como em supermercados locais, depende da melhoria em qualidade e constância de produtos, além da atitude mais ecológica de consumidores.

Os principais obstáculos dos agricultores são causados pelas precárias condições de transporte rodoviário e fluvial, devido à falta de manutenção das estradas vicinais e ausência de equipamentos eficientes nos portos do Rio Acre, essenciais ao embarque e desembarque de pessoas e produtos. Outros problemas detectados estão mais relacionados à saúde, lazer e educação de boa qualidade.

Observou-se haver interação entre os grupos de agricultores analisados e troca de experiências, principalmente em atividades de intercâmbios que estimula formas de cooperativismo e associativas entre as comunidades, agricultores, técnicos do setor e consumidores orgânicos.

Referências

ANDRIOLI, A. I. A dimensão educativa da agroecologia na agricultura familiar - Parte II. **Revista Espaço Acadêmico**, Londrina, n. 85, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/085/85andrioli.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas de produção. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. **A Questão Agrária**: Weber, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Maria Rússovich, 1ª edição original em russo, 1925). 341p.

DIAZ-POLANCO, H. **Teoría marxista de la economía campesino**. México: Juan Pablos Editor, 1977. 181p.

DONISETI, M. **A Agricultura Familiar e o Agronegócio**. Domingo, 29/12/2013. Disponível em: <<http://guerrilheirodoanoitecer.blogspot.com.br/2013/12/a-agricultura-familiar-e-o-agronegocio.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GALVÃO, F. H. F. **Produção familiar e parâmetros de sustentabilidade no município de Bauru/SP**. Dissertação (Mestrado). 123f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônômicas, Botucatu, 2011.

GLASS, V. Agricultura - Agricultura em família 2011. **Desafios do desenvolvimento** – a revista de informações e debates do IPEA, Brasília, Ano 8, Ed. 66. 2011.77p.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. A natureza da economia camponesa: divergências e convergências. In: CHAYANOV, A. V. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.19-58.

MARCOS, V. de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Revista Agrária**, FFLCH/USP, São Paulo, n. 7, p. 182-210. 2007.

MARTINS, José de S. **Os camponeses a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999. p. 13-50.

SILVA, S. S. **Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário na Amazônia-Acreana**. Presidente Prudente, 2005. 494f. Tese (doutorado em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.